

# OS CORPOS DO CONSUMO: LEITURA ENUNCIATIVA PARA AS CAPAS DE NOVA E MEN'S HEALTH

*Guilherme Di Angellis da Silva ALVES<sup>40</sup>*

**RESUMO:** O presente artigo propõe uma leitura enunciativa para as capas da revista Nova e Men's Health a partir dos trabalhos de Arendt, Foucault, Morin, Bauman e outros. Pensa, com isso, o papel do consumo na formação da masculinidade hegemônica e da feminilidade enfatizada expostas nas duas publicações. Os ideais e valores industriais se inserem também na construção do corpo e do seu erotismo. Por meio das manchetes, é possível pensar na produção e no consumo do corpo e do sexo. O consumo como elemento integrador dos dois ideais de masculino e feminino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação. Nova. Men's Health. Erotismo. Indústria cultural.

**ABSTRACT:** The present article proposes a enunciative reading for the cover of the magazines Nova and Men's Health. With that, thinks about the role of consume in the formation of the hegemonic masculinity and emphasized femininity exposed in the two publications. The industrial ideals and values are also inserted in the fabrication of the body and its eroticism. Through the headlines, it is possible to think about the production and the consume of the body and the sex. Consume as the integrator element of the two ideals of masculine and feminine.

**KEYWORDS:** Communication. Nova. Men's Health. Eroticism. Cultural industry.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A leitura enunciativa proposta no presente trabalho visa enunciar os principais autores, teorias e conceitos para o estudo do objeto em questão, as revistas de

---

<sup>40</sup> Doutorando em Comunicação pela Universidade de Brasília, linha de pesquisa Imagem e Som. Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília, linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade. Jornalista e escritor.

comportamento Nova e Men's Health, voltadas, respectivamente, para o público feminino e masculino. Tal leitura não esgota o objeto, mas fornece as balizas teóricas indispensáveis para a discussão proposta.

Ela será dividida em três partes: na primeira, estudos sobre sociedade de consumidores e indústria cultural, a partir dos trabalhos de Arendt, Foucault, Bauman e outros. Na segunda, ideais e vivências do masculino e do feminino e a construção de corpos-modelo e corpos de consumo, a partir de Connell e Hoff e dos autores da primeira etapa. Por fim, o uso midiático do erotismo como retórica de persuasão para o consumo, a lógica mercadológica de produção/consumo reafirmada nos procedimentos do corpo, ele mesmo instrumento da indústria.

## **2.1 Leitura enunciativa: *Animal Laborans*, biopoder, sociedade de consumidores**

Em *A condição Humana* (2010), Hannah Arendt descreve o trabalho, a obra e a ação como as atividades fundamentais da *vita activa*, pois correspondem às condições básicas sob as quais a vida foi dada ao homem na Terra. O **trabalho** é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano. Sua condição é a própria vida. Como os outros animais, temos de saciar as necessidades permanentemente repostas do processo vital. A **obra** é a atividade que corresponde à não-naturalidade da existência humana, que não está irremediavelmente presa no sempre-recorrente ciclo vital da espécie e cuja mortalidade não é compensada por este último. Ela confirma a nossa singularidade perante os outros seres ao dizer respeito ao legado não-natural do passado. Sua condição humana é a mundanidade. Já a **ação** é a única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação da matéria. Ela corresponde à condição humana da pluralidade, condição fundamental de toda vida política, artifício por meio do qual os indivíduos afirmam a sua presença única no mundo, por meio da ação e do discurso.

Arendt (2010) mostra que nos primeiros estágios do capitalismo manufatureiro há uma mudança no critério de definição do produto de fabricação humana. Se em um período anterior, a finalidade do *homo faber*, o fabricante de mundo, era a criação de objetos de uso, com o novo modelo econômico a finalidade da fabricação passa a girar em torno do valor de troca.

Por ser somente no mercado de trocas que um objeto pode adquirir valor em relação a outro, o *homo faber* ganha espaço na esfera pública. Com isso, o homem político perde o seu espaço, pois no mercado de trocas a relação entre os indivíduos se dá na condição de fabricante de produtos, exibindo não a sua individualidade, mas suas mercadorias.

Nesta mesma perspectiva, Foucault (2008) fala do *homo oeconomicus*, cria de uma nova razão governamental que coloca o mercado como instrumento de verificação da prática de governo. É ele que vai fazer com que o governo funcione com base na verdade, verdade esta que é dada pelo mercado (FOUCAULT, 2008, p.45). O *homo oeconomicus* permite que a arte de governar se regule de acordo com o princípio da economia, tanto se tratando de economia política quanto de economia no sentido de restrição e autolimitação – do governo e de si. Foucault descreve esse papel como um átomo de liberdade diante de todas as condições restritivas e limitadoras de um governo possível (FOUCAULT, 2008, p.370). Nesta relação, em que a liberdade só existe enquanto o mercado permanecer pressuposto inquestionável, a invisibilidade e o obscurantismo do processo são fundamentais. A mecânica econômica implica que cada um siga seu próprio interesse e, ao fazer isso, também impede a compreensão da totalidade do processo, para que possa combinar seus elementos constituintes artificial ou voluntariamente. O sujeito econômico não contesta, mas funda o caráter atomístico do processo econômico do qual está inserido.

A vitória do *homo faber* na era moderna representou também a generalização do critério utilitário. A categoria de meios e fins, que diz respeito ao processo de fabricação, foi introduzida como mentalidade nas mais diversas esferas da sociedade. Com isso, o espaço privilegiado da contemplação dá lugar à ação como o mais elevado posto, tornando a contemplação, outrora importante, sem sentido (ARENDDT, 2010, p.364). Outras consequências advindas com a era moderna foram a alienação do mundo, a introspecção e a perda do senso comum.

O fato de que a moderna alienação do mundo foi suficientemente radical para estender-se até a mais mundana das atividades humanas, a obra e a reificação, à produção de coisas e à construção do mundo distingue as atitudes e avaliações modernas ainda mais nitidamente daquelas da tradição do que indicaria uma mera inversão de posições entre a contemplação e a ação, entre a atividade de pensar e a atividade de agir. O rompimento com a contemplação foi consumado não com a promoção do homem fabricante à

posição antes ocupado pelo homem contemplativo, mas com a introdução do conceito de processo na atividade de produção (ARENDRT, 2010, p.376).

O critério utilitário do *homo faber* foi levado ao extremo com a instrumentalização de tudo o que existe. O *Animal laborans* reduziu todas as atividades humanas ao denominador comum de assegurar as coisas necessárias à vida e a produzi-las em abundância. A vitória do trabalhador sobre o fabricante de objetos e o homem de ação marca um novo limiar em que humanidade e animalidade têm suas fronteiras diluídas. A fruição do mero estar vivo converte-se no horizonte da felicidade, esta compreendida como saciedade.

Arendt (2010) diz que o evento decisivo da modernidade política foi a instrumentalização da política pelo mero viver, o bem supremo. A vida se torna o valor único. A partir desse entendimento, Foucault (2008) e Agamben (2002) trabalham o conceito de biopolítica, que representa a inclusão da vida natural nos mecanismos de poder estatal. A vida biológica ganha importância política na modernidade justamente pelo seu aspecto sacro, mas também é por esse fator que ela é exposta ao poder soberano da vida e da morte.

O fenômeno da biopolítica pode ser entendido como exercício cotidiano de um poder que investe na preservação da vida por meio da aniquilação da própria vida, o que leva Agamben também falar em tanatopolítica. Esse processo de inclusão da vida no cálculo político conduziu à formação de estados totalitários, observável no nazismo e no stalinismo, por exemplo. O valor – e o desvalor – da vida humana converte-se em tema central da atividade política.

A inclusão da vida na política não é exclusiva dos regimes totalitários. Isso também constitui as democracias liberais e de mercado. O desenvolvimento do capitalismo não teria sido possível sem o controle disciplinar de um biopoder, com tecnologias diversas que proporcionaram os “corpos dóceis” tão fundamentais para o sistema. Agamben mostra que a biopolítica do totalitarismo moderno e da sociedade de consumo e do hedonismo de massa possuem as mesmas raízes e justificativas. Fala também da decadência da moderna e do progressivo convergir com os estados totalitários nas sociedades pós-democráticas espetaculares (AGAMBEN, 2002, p. 17).

A vitória do *animal laborans* representa o apequenamento da estatura e dos horizontes do homem moderno, para quem a felicidade é o último objetivo a almejar e se mostra exclusivamente como saciedade e fastio. Com isso, a busca pela imortalidade é substituída pela da longevidade anônima, o que traz consequências severas para a política. Com a vitória do *animal laborans*, é a existência do mundo como obra do homem que entra em discussão. É a permanente ameaça de ser tragado pelos processos socialmente construídos para a busca e satisfação das necessidades, sempre pululantes, que está em jogo na relação do *animal laborans* com o mundo.

Arendt mostra que quanto mais fácil se torna a vida em uma sociedade de consumidores ou de trabalhadores, mais difícil é a possibilidade de se preservar a consciência das exigências da necessidade que a compele. O perigo, alerta, é que tal sociedade, deslumbrada pela abundância, e presa ao funcionamento aparentemente orgânico de um processo interminável, já não seja capaz de reconhecer a sua própria futilidade (ARENDDT, 2010, p.167-168).

A verdade bastante incômoda de tudo isso é que o triunfo do mundo moderno sobre a necessidade se deve à emancipação do trabalho, isto é, ao fato de que o *animal laborans* foi admitido no domínio público; e, no entanto, enquanto o *animal laborans* continuar de posse dele, não poderá existir um verdadeiro domínio público, mas apenas atividades privadas exibidas à luz do dia. O resultado é aquilo que eufemisticamente é chamado de cultura de massas; e o seu arraigado problema é uma infelicidade universal, devida, de um lado, ao problemático equilíbrio entre o trabalho e o consumo e, de outro, à persistente demanda do *animal laborans* de obtenção de uma felicidade que só pode ser alcançada quando os processos vitais de exaustão e de regeneração, de dor e de alijamento da dor, atingem um perfeito equilíbrio. A universal demanda de felicidade e a infelicidade extensamente disseminada em nossa sociedade (que são apenas os dois lados da mesma moeda) são alguns dos mais persuasivos sintomas de que já começamos a viver em uma sociedade de trabalho que não tem suficiente trabalho para mantê-la contente. Pois somente o *animal laborans*, e não o artífice nem o homem de ação, sempre demandou ser “feliz” ou pensou que homens mortais pudessem ser felizes (ARENDDT, 2010, p.166).

A vitória do *animal laborans* pode ser compreendida, portanto, como uma estratégia de domesticação do homem por meio do *pathos*, aqui compreendido como desejo, como fome. Preso a necessidades artificiais, à construção social dessas necessidades, ele dedica sua vida à obtenção dessa saciedade. Em um mundo em que o tempo não pode mais ser dividido entre trabalho e ócio, mas entre produção e consumo, o *animal laborans* é um ávido trabalhador em um mundo de pouco trabalho. Esse sujeito econômico, diz Foucault, é o homem do consumo, mas, na medida em que consome, é

também um produtor, o produtor da sua satisfação. Ideal de satisfação, no entanto, que é definido pelo próprio mercado, o poder agindo interna e obscuramente.

Dessa forma, o tempo excedente do *animal laborans* nunca pode ser empregado em algo que não seja o consumo, e quanto maior é o tempo livre, mais ávidos e urgentes precisam ser esses desejos. Com tal voracidade, nenhum objeto do mundo – nem mesmo as próprias pessoas, como mostra Bauman (2008), pois elas são tanto sujeito quanto objeto nesse processo – está a salvo do consumo e da aniquilação por meio dele (ARENDRT, 2010, 166).

É vital para o sistema produtivo a produção de consumidores, o que se realiza, como mostra Arendt, na forma com que as mercadorias são exibidas e incorporadas à vida social. Isso traz como consequência um tensionamento das subjetividades, a partir de uma miríades de modelos de identificação e de vinculação obtidos pelo consumo.

A indústria cultural é parte estruturante neste processo, ao implantar na cultura os mesmos pressupostos em vigor na produção econômica em geral: o uso crescente da máquina e a submissão do ritmo humano de trabalho ao ritmo da máquina; a exploração do trabalhador; a divisão do trabalho (COELHO, 2006, p.10). Se o aumento da produção depende necessariamente do aumento do consumo – e, portanto, da destruição daquilo que foi produzido – a insaciabilidade é condição indispensável ao processo. O mal-estar advindo dessa busca irrefreável, verdadeiro trabalho de Sísifo, não é apenas consequência de se viver em um sistema em que o consumo é elemento totalizador e subjetivante: o mal-estar é também o combustível que move essa busca, ao estimular o consumo e, conseqüentemente, aumentar a produção, ao exigir do sujeito constantes reelaborações de si mesmo.

Uma dessas questões é a possibilidade de que o que se sente como liberdade não seja de fato liberdade; que as pessoas poderem estar satisfeitas com o que lhes cabe mesmo que o que lhes cabe esteja longe de ser “objetivamente” satisfatório; que, vivendo na escravidão, se sintam livres e, portanto, não experimentem a necessidade de se libertar, e assim percam a chance de se tornar genuinamente livres. O corolário dessa possibilidade é a suposição de que as pessoas podem ser juízes incompetentes de sua própria situação, e devem ser forçadas ou seduzidas, mas em todo caso guiadas, para experimentar a necessidade de ser “objetivamente” livres e para reunir a coragem e a determinação para lutar por isso (BAUMAN, 2001, p.25).

## **2.2 Leitura enunciativa: ideais e vivências do masculino e feminino, corpo-modelo, corpo-discurso**

A masculinidade hegemônica e a feminilidade enfatizada, expostas nas capas de **Men's Health** e de **Nova**, assim o são por possuírem uma relação intrínseca no seu comportamento e nas suas formações com o consumo. O corpo e o erotismo ali exibidos são industriais, revelam o predomínio da técnica sobre a subjetividade.

Connell entende (1987, p.252) que as masculinidades hegemônicas passaram a existir em circunstâncias específicas, abertas, portanto, à mudança histórica. Formas anteriores de masculinidade podem ser substituídas por novas, justamente pelas relações de poder entre todos os participantes.

O ideal de masculinidade também não precisa corresponder à maioria dos homens. A vitória da hegemonia envolve a criação de modelos de masculinidade que são especificamente figuras de fantasia. Mais importante que corresponder a tais modelos, afirma, é sustentar tais imagens como normativas por meio de uma estratégia coletiva em relação às mulheres e a masculinidades subordinadas.

Desse modo, as masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos. Eles oferecem modelos de relações com as mulheres e soluções aos problemas das relações de gênero. Ademais, eles se articulam livremente com a constituição prática das masculinidades como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas. Na medida em que fazem isso, contribuem para a hegemonia na ordem de gênero societal (CONNELL, 1987, p.253).

Já as formas de vivência do feminino operam no nível das relações sociais massificadas. A base essencial para a diferenciação, diz Connell, é justamente a subordinação global das mulheres aos homens. Todas as formas de feminilidade na nossa sociedade, afirma, são construídas no contexto dessa subordinação (CONNELL, 1987, p. 186). Por tal razão, não há feminilidade que possua a posição entre as mulheres mantida pela masculinidade hegemônica entre os homens.

A forma definida em concordância com a subordinação e orientada para acomodar os interesses e desejos dos homens é chamada de feminilidade enfatizada (CONNELL, 1987, p.187). Outros modelos de feminilidade são definidos por



estratégias de resistência ou não-cumprimento ou até mesmo pela complexa combinação de cumprimento, resistência e cooperação. O inter-relacionamento dessas formas é parte fundamental nas dinâmicas de transformação das ordens de gênero.

Como a masculinidade hegemônica, a feminilidade enfatizada é uma construção cultural pública, embora seu conteúdo é especificamente conectado com o ambiente doméstico. É um tipo de feminilidade performática, desempenhada especialmente para o homens.

O corpo-modelo não é o corpo natural. É o corpo rigidamente trabalhado, disciplinado por normas, técnicas e procedimentos específicos, destinados a maximizar os ganhos e minimizar o tempo de produção. Manchetes prometem o corpo-modelo: barriga magra, coxas grossas, braços fortes, ombros largos. E o prometem, por meio desses procedimentos técnicos, com produtividade máxima: dietas com resultados quase instantâneos, quase sem esforços; exercícios de musculação com eficiência e imediata.

O culto da produtividade aliado também ao corpo: maximização dos ganhos corporais e estéticos a partir de estratégias cientificamente comprovadas e maximização da obtenção de prazer por meio de técnicas, também embasadas por estudos acadêmicos. Não só o culto da produtividade, mas a demanda gerada a partir dela: com procedimentos tão simples e eficientes, como não, ou melhor, por que não aderir? Só depende do sujeito essa adesão, e quanto maior for ela por parte das pessoas que o cercam, maior a pressão para que ele a faça também.

Pois não são só os procedimentos técnicos da indústria que se introduzem no corpo; são principalmente os valores que passam a operar na lógica de produção do corpo e de sua erótica. Se o que apresentado naquelas capas é tido como modelo, como ideal, por consequência, a não adequação é o seu oposto. Gera infelicidade, frustração, mal-estar. Os sentimentos de identificação, de pertencimento, de aceitação e de satisfação consigo são partes estruturantes do processo.

Tais mudanças beneficiam o comportamento industrial ao elevar a mentalidade industrial de progresso no próprio cuidado com o corpo e com o sexo. Pode-se até mesmo pensar em produção e consumo, lados da mesma moeda.



Na primeira etapa, a produção do sexo, tem-se os cuidados com o corpo, o aprendizado técnico, a conduta. Esse processo demanda gastos. O corpo da moda, a roupa da moda, a técnica da moda têm seus custos de produção. Sexo não é conjunção carnal de dois corpos nus, pois ninguém está realmente nu no sexo industrial. Os participantes vestem máscaras, assumem papéis previamente concebidos. O ato começa com a concepção do ser industrial, que é sexualmente atrativo porque carrega consigo os valores propagados pela indústria.

Na segunda etapa, o consumo do sexo industrial, tem-se o sexo como válvula de escape das tensões provocadas pelo trabalho repressivo. A nova jornada de trabalho, surgida após importantes movimentos que exigiam melhores condições para os trabalhadores, não leva o operário à exaustão física, mas a adequação do homem à máquina e seu ritmo de produção mecanizado proporcionam um desgaste mental muito grande. A conduta vitoriana (FOUCAULT, 2003, p.11), que reprimia o sexo sob todas as formas que não a para fins procriativos, é abandonada por ser ineficaz nos novos tempos. A conduta sexual é modificada para atender aos interesses produtivos e seu consumo proporciona o relaxamento tão fundamental para o início de uma nova jornada de trabalho.

Com respeito a isso confrontamos um novo e específico problema no mundo ocidental – a guerra entre eros e tecnologia. Não existe guerra entre sexo e tecnologia: as inovações tecnológicas ajudam a tornar o sexo seguro, disponível e eficiente. Sexo e tecnologia se reúnem para alcançar o “ajuste”; com a plena libertação da tensão nos fins de semana, pode-se trabalhar melhor no mundo convencional às segundas-feiras. As necessidades sensuais e a sua gratificação não estão em guerra com a tecnologia, pelo menos no sentido imediato (se estão a longo prazo é outra questão) (MAY, 1973, p.107).

O sexo ganha requintes industriais: ele é despersonalizado, padronizados com normas e técnicas, regidos conforme a necessidade de indústria, que descaracteriza a sexualidade e a insere dentro da relação produção/consumo, reduzindo Eros à erotização, ao uso do corpo como ferramenta da indústria. O orgasmo atua como medida de sucesso, elimina a subjetividade da relação, anuncia a infabilidade da técnica. O homem perfeito (seja lá quem for) está ao alcance da leitora da **Nova**, desde que ela consiga se utilizar dos macetes da reportagem. Caso não consiga, o insucesso é por sua própria conta. As dicas infalíveis de sedução da **Men's Health** eliminam a subjetividade

da mulher a ser seduzida. Não importa quem seja, tal a força da técnica, seu predomínio sobre outras esferas.

O amante tecnologicamente eficaz, derrotado pela contradição que é a cópula sem eros, acaba por tornar-se impotente. Perdeu a força de ser arrebatado e sabe muito bem o que está fazendo. Os instrumentos deixam de ser uma ampliação da consciência, passando a ser seus substitutos, e tendendo a recalá-la e truncá-la (MAY, 1973, p.109).

É preciso levar em conta também nesse processo de produção e consumo do corpo e da sexualidade o quão disciplinador é o débito, a dívida. Paga-se a crédito esse investimento com o corpo e nesse sexo, cujo resultado será a aceitação, o sentimento de sucesso, de vitória, de progresso. Todos os valores mais enaltecidos pela sociedade retraduzidos nesses novos investimentos. Tal investimento, no entanto, tem como contrapartida a necessidade de se estar sempre produzindo, sempre recebendo dinheiro para poder arcar com gastos. O espaço público invadido pelo privado. São os shoppings, os condomínios de luxo fechados, os residenciais privativos, os clubes etc. O consumo permeia todas as relações – e a disciplina é conduzida de forma a obrigar o trabalhador a produzir caso ele queira consumir – produção e consumo do corpo, produção e consumo do sexo também. Sempre se está um passo atrás do corpo-modelo. Sempre se está em dívida em relação a ele. Tal débito é disciplinador desse conduta, forçando sempre o investimento – ou as consequências da negação dele. A esteira da academia é também a roda do hamster.

### **2.3 Leitura enunciativa: Mídia e Erotismo**

O século XVIII dá início a uma abordagem científica do erotismo ao tratá-lo sob a ótica da razão (CAMARGO; HOFF, 2002, p.58), mas é o século seguinte que vem inaugurar a noção de sexualidade, por meio de todos dispositivos oriundos daquilo que Foucault (2003) denominou *scientia sexualis*, que incluem a formação de saberes e sistemas de poder que regulam sua prática e as formas de reconhecimento. A sexualidade é justamente o correlato dessa prática discursiva desenvolvida e estruturada lentamente. É um discurso que estabelece verdades científicas e normas regulamentares para a sexualidade, atuando sobre o corpo, determinando o que deve ou não ser feito, o que é saúde ou doença, e prescrevendo procedimentos adequados para a cura e para a prática sexual.

Em *O Nascimento da Biopolítica* (2008), Foucault argumenta que o estado moderno integrou numa proporção sem precedentes técnicas de individualização subjetiva e procedimentos objetivos de totalização; um duplo vínculo político, constituído pela individuação e pela simultânea totalização das estruturas do poder. Vemos como na sociedade de consumo esse duplo vínculo se fortalece. Como elemento unificador, totalizante; consumo também como caminho subjetivante e identificatório. Vemos ainda o papel de uma indústria cultural que condiciona e legitima esses discursos sobre o corpo: “E diante de fenômenos como o poder midiático-espetacular, que está hoje por toda parte transformando o espaço político, é legítimo ou até mesmo possível manter distintas tecnologias subjetivas e técnicas políticas? (AGAMBEN, 2002, p.13)”.

O desenvolvimento do capitalismo não teria sido possível sem o controle disciplinar de um biopoder, com tecnologias diversas que proporcionaram os “corpos dóceis” tão fundamentais para o sistema. Agamben (2002) mostra que a biopolítica do totalitarismo moderno e da sociedade de consumo e do hedonismo de massa possuem as mesmas raízes e justificativas. Fala também da decadência da modernidade e do progressivo convergir com os estados totalitários nas sociedades pós-democráticas espetaculares. Arendt, antes de Agamben, argumenta em *A Condição Humana* que o evento decisivo da modernidade política foi a instrumentalização da política pelo mero viver, o bem supremo. A vida se torna o valor único.

A sociedade de consumidores adapta a concepção do modelo discursivo médico-científico da *scientia sexualis* às relações mercadológicas, constituindo uma nova medicina do corpo, um novo controle. Primeiro, a compreensão da sexualidade do corpo, depois a associação da saúde à estética e a construção de padrões de corpo e de beleza, amplamente divulgados pela mídia.

Tal dispositivo, diz Foucault, gerou um “falar de” que possibilitou a construção e a difusão de um “fazer” normatizado, em uma nova forma de realização do erótico. Na mesma perspectiva, Morin mostra como a indústria cultural associou o erotismo com o próprio movimento do capitalismo moderno. O dinheiro, sempre insaciável, se dirige a Eros, sempre subnutrido, para estimular o desejo, o prazer e o gozo, chamados e entregues pelos produtos lançados no mercado. É o que ele chama de expansão vertical

do capitalismo, que invade o reino dos sonhos, acorrenta a libido e domestica Eros. Morin (2002, p. 122) diz que ao utilizar o desejo e o sonho como ingredientes no jogo da oferta e da procura, o capitalismo soube impregnar a vida humana de um onirismo e de um erotismo difusos.

O erótico passa a ser regido pelo econômico. Dentro daquilo que Lévy (1996) chama de virtualização, ele perde a sua essência e a sua força criativa a partir do momento em que a mídia procede de maneira semelhante à *scientia sexualis* na criação de verdades e na divulgação e controle do discurso erótico. O erotismo midiático produz um corpo-discurso, construído na mídia para significar e ganhar significados nas relações midiáticas. É imagem, texto não-verbal que representa um ideal e dilui a subjetividade e a dispersividade dos corpos de natureza e de cultura (CAMARGO; HOFF, 2002, p.27). É um simulacro cuja função é difundir e propagar o discurso do poder. Relaciona a saúde à estética, desagrega valores gerontocráticos, acentua a desvalorização da velhice e promove valores juvenis.

Esse processo de virtualização do erótico e de apropriação econômica dele, em que ele se dissolve nas funções mercadológicas e está presente em todas as redes de exercício do poder, acarreta na dissolução do seu próprio potencial criativo. Objetivado pela economia, ele perde suas representações locais e determinantes da moral, perde sua subjetividade. Prevalece o caráter físico, ou seja, aquilo que é expresso no corpo como erótico, que permitirá tratá-lo como mercadoria e, como tal, terá valor somente o que dele for observável universalmente.

O novo entendimento do erótico faz com que ele não seja religioso, pois sua ligação com o começo e a vida prende-se ao plano natural. Não é político, porque não é ideológico, e nem regulador da convivência social. Também não é moral, pois não propõe práticas de melhoria de vida – sonhos e utopias – e porque a consciência de eternidade prevê viver mais e não viver melhor. Desprovido da dimensão intelectual e marcado pelo código econômico, quase não se distingue do pornográfico. Está presente em todas as formas discursivas, sempre numa dimensão econômica, e não mais como erótico propriamente dito (CAMARGO; HOFF, 2002, p.46).

Esse erotismo midiático carrega consigo elementos da *scientia sexualis e da ars erotica*. Do primeiro, o investimento direto sobre o corpo e a sexualidade, além da construção de um *falar de* e um *fazer* específicos às questões. Do segundo, a constituição de um poder que é imposto pelo indivíduo para si mesmo, não por meio da

lei e do chicote, mas voluntária, por exercícios e cuidados. As estratégias de coerção existem e são severas, mas dependem da voluntariedade do sujeito durante o processo, por meio da identificação com esses padrões de beleza, como será discutido na leitura argumentativa. A sanção a quem não se submete a tais padrões depende da inserção social do indivíduo e diz respeito à sua imagem perante os outros e a si mesmo.

Como Morin e outros mostram, cabe à indústria cultural o papel normatizador do corpo e da sexualidade, além da tarefa de instigar, por meio desses olímpicos, a vontade para seguir tais códigos de conduta. O corpo-modelo da mídia tem de tornar aparente aquilo que, enquanto ideia, não passa de abstração, difícil portanto de ser comunicado. O corpo-modelo é um corpo-síntese. Nesta perspectiva, as revistas de comportamento analisadas nesta leitura enunciativa cumprem função fundamental.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.
- CAMARGO, Francisco Carlos; HOFF, Tânia Márcia Cezar. **Erotismo e mídia**. São Paulo: Expressão e arte editora, 2002.
- COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- CONNELL, R.W. **Gender and power**. California: Stanford University Press, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade** v.1. São Paulo: Graal, 2003.
- LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- MAY, Rollo. **Amor e vontade: Eros e repressão**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.